

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2007

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a atual Diretoria da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, bem como um sucinto relato das atividades implementadas no curso do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Em janeiro 2007, com a nova Diretoria empossada pelo atual Governo do Estado, foi definida uma trajetória em busca de resultados operacionais e financeiros cada vez melhores para a Companhia e conseqüentemente para a sociedade. Nesse aspecto, foram dados passos importantes em direção à meta global de obtenção de melhoria nos índices de satisfação e atendimento à população do Rio de Janeiro. Os resultados positivos que obtivemos já a partir de 2007, não apenas em termos de gestão administrativa e operacional, mas também econômico-financeiros comprovam o acerto da estratégia de atuação da Companhia que fechou o exercício com uma receita operacional líquida de R\$ 2.542,07 bilhões, lucro líquido de R\$ 149,02 milhões e o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (*Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA) de R\$ 663,13 milhões. Quando são desconsideradas as provisões de despesas não recorrentes o EBITDA é ajustado para R\$ 1.066,67 bilhão.

A BDO Trevisan Auditores Independentes foi contratada para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Durante o ano de 2007, não foram contratados serviços complementares ou de consultoria com essa empresa, mantendo-se o foco de seus serviços exclusivamente em auditoria contábil.

Respeitando metas pactuadas com o Governo do Estado em 2007, de aumentar a cobertura dos serviços de água e esgoto nos municípios já operados, reduzir as perdas de faturamento, aumentar o volume de esgoto tratado, aumentar a margem do EBITDA e, principalmente, aumentar o número de cidadãos beneficiados com a prestação de serviços da CEDAE, a Companhia teve uma melhoria sensível e crescente em quase todos os indicadores elencados dentro da política de metas por indicadores, sejam operacionais, ambientais, sociais, econômicos ou financeiros.

Com a sanção do marco legal do saneamento básico através da Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, foram possibilitadas à Companhia, as bases jurídico-institucionais para renovação e expansão de concessões, possibilitando o investimento substancial na implantação, ampliação e modernização de suas instalações. Atenta à política que visa promover a universalização dos serviços de saneamento básico em nosso Estado, a CEDAE seguiu na busca de recursos financeiros substanciais - muitos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - para a implantação, ampliação e modernização de nossas instalações, pretendendo executar, até 2012 o maior programa de investimentos em saneamento básico da história do Rio de Janeiro. Além disso, com o aumento do EBITDA e conseqüente aumento do fluxo de caixa, foi possibilitado o pagamento de débitos junto aos nossos fornecedores e prestadores de serviço em atraso por muito tempo, implantando política de pagamento que possibilitou a quitação de débitos dos exercícios de 2002 a 2006 cujo o desembolso foi da ordem de R\$ 89,9 milhões e, assim, reduzindo o passivo da Companhia.

Em relação à água tratada, aumentamos o atendimento, atingindo o índice de 82% da população urbana atendida nas localidades em que atuamos, que hoje cobrem 65% de toda a

população do Estado do Rio de Janeiro, correspondendo a 10.164 milhões de pessoas. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, o atendimento atual é de 49% da população urbana dos municípios conveniados. Sendo que a expansão foi definida prioritariamente para o transporte e o tratamento no valor de R\$ 118.000.000,00 (Cento e dezoito milhões de reais).

Foram interligados diversos sistemas de esgotamento sanitário ao Tronco Alegria, direcionando os esgotos para a Estação de Tratamento Alegria, contribuindo de forma significativa para a despoluição da Baía de Guanabara, em tratamento de 1.000 m³/hora.

Além disso, foi concluída a implantação e colocado em operação o Emissário Submarino da Barra da Tijuca, iniciando dessa forma o processo de despoluição dos rios, canais e lagoas que recebem os esgotos da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

Por fim, novos projetos foram encaminhados para licitação e em outras localidades projetos foram contratados e iniciados, e outras unidades que já estavam em operação passaram por revitalizações importantes.

A característica marcante do exercício de 2007 foi a política de mudança de abordagem para com os anseios da sociedade, levando-se em conta a tarefa institucional de proporcionar melhores condições de vida à população e infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social, através da oferta de serviços de saneamento básico. Assim, o trabalho que acabou por se desdobrar no presente relatório, foi fruto da contribuição do que de melhor foi produzido pelas áreas gerenciais da Companhia, e por encargo dos seus organismos dirigentes mais próximos. De fato, a Diretoria implementou um vigoroso processo buscando engajamento do corpo funcional da Companhia, no sentido de compreender que, a partir do início de 2007, com a nova gestão, era chegado o momento definitivo e crucial de reversão dos rumos, em busca de um futuro promissor, considerando a importância macro da atividade exercida pela CEDAE e, por isto, respeitando e dando ênfase às corretas práticas de Governança Corporativa.

O Estado do Rio de Janeiro, por sua localização privilegiada no território nacional e pela diversidade econômica e social, favorece a interação econômica com o restante do país, e o seu desempenho econômico está superior ao da economia nacional, influenciado principalmente pelo desenvolvimento das atividades petrolíferas, resultando em trajetórias de crescimento forte local, havendo assim, uma melhora no nível de vida da população com o aumento correlato do abastecimento de água e da coleta de esgoto.

A CEDAE em 2007 buscou expandir e aperfeiçoar suas operações de forma a agregar valor para seus acionistas. Para alcançar os objetivos traçados em 2007, a Companhia realizou as seguintes ações:

1. Implantou processo de reestruturação da Companhia visando o aumento da eficiência operacional;
2. Elaborou plano estratégico, sob a assessoria da Fundação Getulio Vargas - FGV, visando o planejamento das políticas a serem desenvolvidas;
3. Dinamizou o processo de reorganização financeira, ampliando o acesso a novas fontes de recursos e à capacidade de investimentos;
4. Recuperou a capacidade de investimento e ampliou os serviços nas áreas de concessão;
5. Melhorou continuamente os sistemas de abastecimento de água e os sistemas de esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro;
6. Manteve a excelência da qualidade da água da CEDAE; e
7. Resgatou a imagem da Companhia com a prestação de um serviço eficiente.

Assim, como se mostrou, a elaboração e execução do plano de recuperação de toda a CEDAE só foram possíveis pela compreensão das medidas e resoluções da Diretoria, não restando dúvida que essas e muitas outras decisões, vêm sendo incorporadas pelo conjunto da Companhia.

E, no cumprimento destas decisões, o corpo da CEDAE as vem ratificando, bem como as aperfeiçoando e pormenorizando estes programas de trabalho, com vários responsáveis, de engenheiros a auxiliares de apoio, que integram e se encarregam das diversas tarefas justas e perfeitamente determinadas.

Tal resultado também é composto por outros trabalhos da Diretoria, que foi volumosa e qualitativamente consistente, com uma média superior a 4 (quatro) reuniões mensais em 2007. Delas participaram, além dos Diretores, diversos colaboradores especialistas em suas respectivas áreas. A lista dos trabalhos propostos por eles à Diretoria foi considerável.

Assim, num resumo de todos os trabalhos operacionais, poderíamos dizer que eles foram regidos pelas seguintes diretivas: a) redesenhos de processos, como forma de tornar a CEDAE mais ágil para fornecer respostas, sendo mais eficiente e eficaz, com replanejamentos dos macro e micros processos prioritários - relação com a sociedade, operação de sistemas, investimentos, suprimentos, produção de água e tratamento de esgotos; b) gestão financeira, onde se busca que as atividades financeiras da Companhia atendam as suas demandas reais, promovendo a redução de custos, aumentando os índices de eficiência no gasto com tratamento de água e de esgotos; e c) gestão comercial, desenvolvendo ações visando ao atendimento dos aspectos comerciais nos nossos empreendimentos e atividades de arrecadação.

Ao longo de 2007, a CEDAE retornou ao cenário nacional como companhia de excelência, recebendo vários prêmios, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS - menção honrosa;
- Prêmio Qualidade Rio - PQRio - menção honrosa;
- Atestado de conformidade com o exercício profissional do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ;
- *Guinness Book* - registro no livro dos records do título de maior estação de tratamento de água do mundo em produção contínua a ETA-Guandu;
- 1º Prêmio Rotary de Responsabilidade Social - na categoria preservação do meio ambiente;
- 2º Prêmio Brasil de Meio Ambiente do Jornal do Brasil - na categoria melhor trabalho no âmbito estadual; e
- 6º Prêmio FURNAS Ouro Azul - finalista na categoria empresa pública.

Com essas diretivas, nosso plano de reestruturação da CEDAE que apontou seus primeiros resultados neste ano de 2007, de fato está apenas começando. Por certo que este plano é apenas aproximativo, inicial, com acertos a serem feitos ao longo da sua execução. Eis a tarefa para 2008.

Por fim, renovamos nessa oportunidade os nossos sinceros agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, e ao

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Obras, Luiz Fernando de Souza Pezão, ambos pela confiança e apoio recebidos na elevada tarefa de levar os benefícios do saneamento básico à população do Estado do Rio de Janeiro.

Desejamos ainda consignar nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os parceiros financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, *The Overseas Economic Cooperation Fund - OECF / Japan Bank For International Cooperation - JBIC*, Caixa Econômica Federal - CEF, Fundo Estadual de Saúde - FES e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM pelos recursos disponibilizados para a realização de investimentos, imprescindíveis à ampliação e aprimoramento dos serviços de saneamento prestados pela Companhia.

Finalmente, gostaríamos de externar nosso reconhecimento à dedicação e competência profissional de nossos funcionários cuja atuação tem contribuído decisivamente nos resultados alcançados na tarefa de melhorar a qualidade de vida da população.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2007

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição em 31/12/2007

ATIVO	VALORES COMPARATIVOS	
	2007	2006
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	<u>1.545.169</u>	<u>1.222.316</u>
Bens numerários	8	27
Fundo fixo rede.....	227	52
Depósitos bancários (nota 5).....	31.446	8.796
Aplicações financeiras (nota 5).....	182.302	40.707
Créditos de contas a receber (nota 6).....	1.244.303	1.115.189
Outros créditos a receber (nota 7).....	25.745	28.028
Estoques (nota 8).....	29.445	27.304
Contribuições e impostos recuperáveis (nota 9).....	30.928	2.049
Despesas antecipadas.....	765	164
NÃO CIRCULANTE	<u>11.704.071</u>	<u>11.812.690</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>352.058</u>	<u>355.060</u>
Depósitos judiciais (nota 10).....	148.762	127.614
Bloqueios de processos judiciais (nota11).....	199.071	223.209
Outros créditos.....	4.225	4.237
PERMANENTE	<u>11.352.013</u>	<u>11.457.630</u>
Investimentos (nota 12)	273	273
Sistemas de abastecimento de água (nota13)	7.880.172	8.076.896
Sistemas de coleta de esgotos (nota 13).....	2.000.561	2.043.060
Bens de uso geral (nota 13).....	77.274	80.301
Obras em andamento (nota 13).....	1.393.733	1.257.100
ATIVO TOTAL	<u>13.249.240</u>	<u>13.035.006</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição em 31/12/2007

PASSIVO	VALORES COMPARATIVOS	
	2007	2006
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	<u>1.775.731</u>	<u>1.582.546</u>
Salários a pagar.....	19.971	18.907
Empreiteiros e fornecedores.....	182.196	192.748
Consignações a recolher - PRECE.....	3.614	3.787
Consignações a recolher - OUTRAS	3.567	3.331
Impostos e contribuições a recolher (nota 24).....	755.307	731.399
Contribuição a PRECE.....	9.939	10.963
Contribuição a CAC	8.659	8.228
Parcelamento Especial - PAES (nota 23).....	46.149	40.354
Parcelamento Especial - PAEX (nota23)	16.473	15.284
Parcelamento IRPJ / CSLL.....	3.976	-
Contribuição a PRECE - parcelamento.....	118.867	82.130
Parcelamento - Light Serviços de Eletricidade (nota 23).....	24.000	24.000
Outros credores - parcelamento	48.231	42.899
Financiamentos (nota 14).....	387.944	309.184
Provisões encargos trabalhistas (nota 15).....	95.833	82.891
Provisões para contingências (nota 15).....	49.275	15.767
Outras provisões.....	1.730	674
NÃO CIRCULANTE.....	<u>6.723.939</u>	<u>7.030.723</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	<u>6.723.939</u>	<u>7.030.723</u>
Parcelamento Especial - PAES (nota 23).....	386.217	425.403
Contribuição a PRECE - parcelamento (nota 23)	327.217	423.205
Parcelamento IRPJ / CSLL.....	15.574	-
Parcelamento especial - PAEX (nota 23)	140.037	145.200
Parcelamento - Light Serviços de Eletricidade (nota 23).....	92.265	65.526
Outros credores - Parcelamento.....	38.551	30.781
Financiamentos (nota 14).....	1.017.130	914.297
Contribuições e impostos diferidos.....	2.837.406	2.902.019
Provisões para contingências (nota 15).....	957.507	1.122.113
Provisões passivo atuarial (nota 20)	725.031	843.592
Outras provisões.....	187.004	158.587
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 19).....	<u>4.749.570</u>	<u>4.421.737</u>
Capital social	3.365.036	3.365.036
Reserva de capital	13.964	13.964
Reserva de reavaliação.....	5.494.438	5.633.332
Prejuízos acumulados	(4.317.049)	(4.669.583)
Créditos para futuro aumento de capital social.....	193.181	78.988
PASSIVO TOTAL	<u>13.249.240</u>	<u>13.035.006</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Posição em 31/12/2007

HISTÓRICO	VALORES COMPARATIVOS	
	2007	2006
	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITA OPERACIONAL	<u>2.756.300</u>	<u>2.474.540</u>
Serviços de abastecimento de água (nota 21).....	1.803.089	1.618.913
Serviços de esgotos (nota 21).....	953.211	855.627
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita.....	214.222	172.954
COFINS e PASEP sobre a receita de água e esgoto.....	214.222	172.954
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.542.078</u>	<u>2.301.586</u>
DESPESAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	<u>1.147.019</u>	<u>1.374.309</u>
Despesas de pessoal.....	582.432	615.152
Despesas com material.....	52.280	56.122
Serviços de terceiros.....	268.100	537.304
Despesas gerais.....	1.859	976
Depreciações	242.348	162.512
Outras despesas.....	-	2.243
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>1.395.059</u>	<u>927.277</u>
DESPESAS COMERCIAIS	<u>814.830</u>	<u>1.365.296</u>
Despesas de pessoal.....	51.508	54.353
Despesas com material.....	619	427
Serviços de terceiros.....	180	9.258
Despesas gerais.....	606	842
Cancelamento / Acordo judicial.....	248.965	199.653
Perda de crédito da atividade.....	512.952	478.798
Provisão para Devedores duvidosos.....	-	621.965
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>298.005</u>	<u>1.887.100</u>
Despesas de pessoal.....	88.947	78.237
Despesas com material.....	916	18.079
Serviços de terceiros.....	151.429	92.748
Despesas gerais.....	28.088	9.292
Provisões	28.625	1.688.744
DESPESAS FINANCEIRAS	<u>369.786</u>	<u>385.197</u>
Juros internos.....	154.136	169.153
Juros s/ confiss. dívida - parcelamento especial - PAEX.....	5.657	56.649
Juros passivos.....	90.570	77.890
Variações monetária de financiamentos.....	71.437	18.227
Despesas fiscais.....	11.400	7.577
Multas, juros e acréscimos moratórios.....	28.626	47.886
Outras despesas.....	7.960	7.815
RECEITAS FINANCEIRAS	<u>38.861</u>	<u>16.037</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>149.961</u>	-
Reversão de provisões operacionais.....	138.040	-
outras.....	11.921	-
RESULTADO OPERACIONAL	<u>101.260</u>	<u>(2.694.279)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>66.505</u>	<u>40.888</u>
RESULTADO ANTES DO I. RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>167.765</u>	<u>(2.653.391)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>18.738</u>	<u>14.196</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>149.027</u>	<u>(2.667.587)</u>
LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>0,385</u>	<u>(6,893)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

EM 31/12/2007

ORIGENS	VALORES COMPARATIVOS	
	2007	2006
	R\$ MIL	R\$ MIL
CAPITAIS PRÓPRIOS	603.309	7.161.551
Lucro / (Prejuízo) do exercício.....	149.027	(2.667.587)
Depreciação e amortização.....	242.348	162.512
Ajuste de correção monetária e variação cambial de financiamento.....	71.437	18.227
Provisão para contingência.....	26.261	798.075
Integralização de capital.....	-	435.796
Créd. para futuro aumento de capital.....	114.193	(205.512)
Reversão estoques de materiais para obras.....	43	13
Reavaliação ativo permanente.....	-	8.620.027
CAPITAIS DE TERCEIROS	459.938	1.224.273
Parcelamento da Dívida.....	13.800	160.434
Outras baixas no Ativo não circulante.....	196.485	110.911
Outros acréscimos no Passivo não circulante.....	249.653	952.928
TOTAL DAS ORIGENS	1.063.247	8.385.824
APLICAÇÕES		
Sistema de abastecimento de água.....	3.197	9.238
Sistema de esgoto.....	137.012	3.383
Bens de uso geral.....	-	81
Custo a Distribuir.....	(3.433)	31.657
Reavaliação do ativo permanente.....	-	8.620.027
Amortizações de financiamentos.....	-	37.293
Amortizações de outros Passivos não circulante.....	253.074	198.917
Transferências do Passivo não circulante para o circulante.....	172.517	12.470
Aumento do Ativo não circulante.....	224.332	164.749
Outras baixas no Passivo não circulante.....	146.880	60.539
Outros acréscimo no Ativo não circulante.....	-	1.607
TOTAL DAS APLICAÇÕES	933.579	9.139.961
Varição no ativo circulante	322.853	(577.030)
No início do exercício.....	1.222.316	1.799.346
No fim do exercício.....	1.545.169	1.222.316
Varição no passivo circulante	193.184	177.108
No início do exercício.....	1.582.547	1.405.439
No fim do exercício.....	1.775.731	1.582.547
AUMENTO / (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	129.669	(754.138)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	LUCROS PREJ. ACUM.	SUB-TOTAL	ADIANTAM. P/ FUTURO AUM. CAPITAL	TOTAL
		DOAÇÕES DE BENS	SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS P/OBRAS					
Saldo em 31.12.2005	2.929.240	2.037	11.927	76.143	(2.202.652)	816.695	284.500	1.101.195
Capitalização do A.F.A.C.....	435.796					435.796	(435.796)	-
Ingressos no período.....				8.620.027		8.620.027	230.284	8.850.311
Realização da reserva de reavaliação.....				(200.008)	200.008	-		-
Prejuízo do exercício.....					(2.667.587)	(2.667.587)		(2.667.587)
Provisão de I.R.P.J. sobre o lucro inflac. diferido.....					648	648		648
Provisão I.R.P.J. e C.S.S.L. sobre a reavaliação.....				(2.862.830)		(2.862.830)		(2.862.830)
Saldo em 31.12.2006	3.365.036	2.037	11.927	5.633.332	(4.669.583)	4.342.749	78.988	4.421.737
Ingressos no período.....						-	114.193	114.193
Realização da reserva de reavaliação.....				(203.507)	203.507	-		-
Lucro líquido do exercício.....					149.027	149.027		149.027
Provisão I.R.P.J. e C.S.S.L. sobre a reavaliação.....				64.613		64.613		64.613
Saldo em 31.12.2007.....	3.365.036	2.037	11.927	5.494.438	(4.317.049)	4.556.389	193.181	4.749.570

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital aberto e autorizado (até o limite de 600 bilhões de ações), vinculada à Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS com prazo indeterminado de duração, que tem por objeto, respeitando a autonomia municipal, a administração dos serviços de água e coleta de esgoto compreendendo sua captação, tratamento, adução e distribuição da água e na coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo Estadual e nos municípios aos quais ela atua por meio de convênios. Tem também como atividade, a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, bem como, a execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - P.D.B.G. e do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes – P.S.B.J.

A Companhia atua em 65 dos 92 municípios em operações de abastecimento de água e 17 em operações de esgotamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro, merecendo destaque para as 15 (quinze) maiores concessões de água e às 05 (cinco) maiores de esgoto das quais a companhia é detentora, abastece atualmente uma população de mais de nove milhões de pessoas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas bem como nas normas e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Aplicações financeiras

São registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São compostas por recursos vinculados ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG que somente são liberadas para o pagamento de materiais ou serviços utilizados na consecução do mesmo e, em sua grande maioria, por recursos oriundos da sobra de caixa obtida nas operações normais da Companhia;

b) Créditos de contas a receber

As contas a receber de usuários figuram pelo valor líquido após deduzida a estimativa das perdas consideradas prováveis na realização das contas de fornecimento de água e de serviços;

c) Perdas de créditos das atividades

As perdas de créditos foram constituídas após a análise dos créditos a receber da atividade, e registradas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber;

d) Estoques de operação

São representados, basicamente, por peças de reposição de natureza operacional, avaliados ao custo médio de aquisição, e os valores registrados não excedem o valor de reposição;

e) Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e estão sendo apropriadas de acordo com os seus vencimentos;

f) Investimentos

Estão contabilizados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas;

g) Imobilizações técnicas

Estão registrados segundo avaliação a preço de mercado de janeiro de 2005, conforme laudo emitido por empresa especializada, menos depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 13. Os valores de realização da reserva de reavaliação, estão sendo apurados em função de depreciação dos bens reavaliados e as parcelas de realização da Reserva são transferidas para a conta de lucros ou prejuízos acumulados;

h) Empréstimos e financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias, acrescidos dos encargos incorridos em base pró-rata dia, até a data do balanço;

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos;

j) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas, em conformidade com as principais práticas contábeis. Este procedimento proporciona uma melhor representatividade na realização dos valores dos ativos e na exigibilidade dos valores passivos;

k) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de fornecimento de água e coleta de esgotos foram reconhecidas até a data de encerramento das demonstrações contábeis, incluindo estimativas de consumo de nossos clientes já medido e ainda não faturado; e

l) Efeitos inflacionários

Os demonstrativos contábeis foram elaborados com base nos princípios contábeis previstos na Legislação Societária e Fiscal que, a partir da Lei 9.249/95 e Instrução CVM 248/96, não contemplam o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

NOTA 4 - AJUSTES RETROSPECTIVOS:

A Companhia efetuou, no decorrer do exercício de 2007, ajustes relativos à mudança no critério de avaliação do contas a receber de clientes, e a reparação na contabilização de passivos a pagar e contingenciais, efetuados em montante inadequado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, mediante constituição das provisões necessárias. Estes ajustes importam em R\$ 2.288.064 e foram efetuados de acordo com a Deliberação CVM nº 506/2006.

AJUSTE	VALOR
Pelo ajuste do Contas a Receber, contemplando as contas vencidas até o limite de 60 dias;	621.965
Pelo ajuste da Provisão para Contingências Cíveis em 31/12/2006;	549.718
Pelo registro do Passivo Atuarial de acordo com as normas estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000, relativo à Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE – CAC	315.687
Pelo registro do Passivo Atuarial de acordo com as normas estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000, relativo à PRECE – Previdência da CEDAE;	527.905
Pelo ajuste do saldo de financiamentos a pagar;	69.234
Pelo ajuste de Encargos de Pessoal a Pagar;	32.229
Pelo ajuste do IRPJ e da CSLL a pagar;	6.576
Pelo ajuste da depreciação acumulada dos bens integrantes do Ativo Permanente.	4.106
Pelo ajuste de capitalização de despesas efetuada indevidamente.	161.817
Pelo ajuste do saldo da Provisão de IRPJ e CSLL s/ Reavaliações	(1.173)
TOTAL DO AJUSTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.288.064

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 após os ajustes efetuados podem ser, para efeitos comparativos, demonstrados da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2006			
ATIVO	2006 PUBLICADO	AJUSTES EM 2007	2006 AJUSTADO
CIRCULANTE	<u>1.844.281</u>	<u>(621.965)</u>	<u>1.222.316</u>
Bens numerários	27	-	27
Fundo fixo rede.....	52	-	52
Depósitos bancários	8.796	-	8.796
Aplicações financeiras.....	40.707	-	40.707
Créditos de contas a receber.....	1.737.154	(621.965)	1.115.189
Outros créditos a receber	28.028	-	28.028
Estoques.....	27.304	-	27.304
Contribuições e impostos recuperáveis.....	2.049	-	2.049
Despesas antecipadas.....	164	-	164
NÃO CIRCULANTE	<u>11.978.613</u>	<u>(165.923)</u>	<u>11.812.690</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>355.060</u>	<u>-</u>	<u>355.060</u>
PERMANENTE	<u>11.623.553</u>	<u>(165.923)</u>	<u>11.457.630</u>
Investimentos	273	-	273
Sistemas de abastecimento de água	8.080.476	(3.580)	8.076.896
Sistemas de coleta de esgotos	2.043.263	(203)	2.043.060
Bens de uso geral	80.624	(323)	80.301
Obras em andamento	1.418.917	(161.817)	1.257.100
ATIVO TOTAL	<u>13.822.894</u>	<u>(787.888)</u>	<u>13.035.006</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2006

PASSIVO	2006 PUBLICADO	AJUSTES EM 2007	2006 AJUSTADO
CIRCULANTE	<u>1.570.065</u>	<u>12.481</u>	<u>1.582.546</u>
Salários a pagar.....	18.907	-	18.907
Empreiteiros e fornecedores.....	192.748	-	192.748
Consignações a recolher - PRECE.....	3.787	-	3.787
Consignações a recolher - OUTRAS	3.331	-	3.331
Impostos e contribuições a recolher	724.823	6.576	731.399
Contribuição a PRECE.....	10.963	-	10.963
Contribuição a CAC	8.228	-	8.228
Parcelamento Especial - PAES.....	40.354	-	40.354
Parcelamento Especial - PAEX	15.284	-	15.284
Contribuição a PRECE - parcelamento.....	82.130	-	82.130
Parcelamento Light Serv. de Eletr.	24.000	-	24.000
Outros credores - parcelamento	42.899	-	42.899
Financiamentos.....	309.184	-	309.184
Provisões encargos trabalhistas.....	76.986	5.905	82.891
Provisões para conting.civeis e trabalhistas.....	15.767	-	15.767
Outras provisões.....	674	-	674
NÃO CIRCULANTE.....	<u>5.543.028</u>	<u>1.487.695</u>	<u>7.030.723</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	<u>5.543.028</u>	<u>1.487.695</u>	<u>7.030.723</u>
Parcelamento Especial - PAES.....	425.403	-	425.403
Contribuição a PRECE - parcelamento	423.205	-	423.205
Parcelamento especial - PAEX.	145.200	-	145.200
Parcelamento Light	65.526	-	65.526
Outros credores - Parcelamento.....	30.781	-	30.781
Financiamentos.....	845.063	69.234	914.297
Contribuições e impostos diferidos.....	2.903.192	(1.173)	2.902.019
Provisões para contingências.....	572.395	549.718	1.122.113
Provisão Pass.Atuarial PRECE-Delib.CVM 371.....	-	527.905	527.905
Provisão Pass.Atuarial CAC-Delib.CVM 371.....	-	315.687	315.687
Outras provisões.....	132.263	26.324	158.587
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>6.709.801</u>	<u>(2.288.064)</u>	<u>4.421.737</u>
Capital social	3.365.036	-	3.365.036
Reserva de capital	13.964	-	13.964
Reserva de reavaliação.....	5.635.485	(2.153)	5.633.332
Lucros / Prejuízos acumulados	(2.383.672)	(2.285.911)	(4.669.583)
Créditos para futuro aumento de capital social.....	78.988	-	78.988
PASSIVO TOTAL	<u>13.822.894</u>	<u>(787.888)</u>	<u>13.035.006</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2006			
HISTÓRICO	2006 PUBLICADO	AJUSTES EM 2007	2006 AJUSTADO
RECEITA OPERACIONAL	2.474.540	-	2.474.540
Impostos e contrib. incidentes sobre a receita.....	172.954	-	172.954
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.301.586	-	2.301.586
DESPESAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.176.156	198.153	1.374.309
Despesas de pessoal.....	486.915	128.237	615.152
Despesas com material.....	53.125	2.997	56.122
Serviços de terceiros.....	477.060	60.244	537.304
Despesas gerais.....	650	326	976
Depreciações e amortizações.....	158.406	4.106	162.512
Outras despesas.....	-	2.243	2.243
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.125.430	(198.153)	927.277
DESPESAS COMERCIAIS	743.331	621.965	1.365.296
Despesas de pessoal.....	54.353	-	54.353
Despesas com material.....	427	-	427
Serviços de terceiros.....	9.258	-	9.258
Despesas gerais.....	842	-	842
Cancelamento / Acordo judicial.....	199.653	-	199.653
Perda de crédito da atividade.....	478.798	-	478.798
Provisão para Devedores duvidosos.....	-	621.965	621.965
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	493.790	1.393.310	1.887.100
Despesas de pessoal.....	78.237	-	78.237
Despesas com material.....	18.079	-	18.079
Serviços de terceiros.....	92.748	-	92.748
Despesas gerais.....	9.292	-	9.292
Provisões e amortizações.....	295.434	1.393.310	1.688.744
DESPESAS FINANCEIRAS	310.278	74.919	385.197
Juros internos.....	99.920	69.233	169.153
Juros s/ conf.divida - PAEX.....	56.649	-	56.649
Juros passivos.....	75.043	2.847	77.890
Variações monetaria de financiamentos.....	18.227	-	18.227
Despesas fiscais.....	7.577	-	7.577
Multas, juros e acrescimos moratórios.....	45.047	2.839	47.886
Outras despesas.....	7.815	-	7.815
RECEITAS FINANCEIRAS	16.037	-	16.037
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(405.932)	(2.288.347)	(2.694.279)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	40.888	-	40.888
RESULTADO ANTES DO IRPJ e CSLL	(365.044)	(2.288.347)	(2.653.391)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB.SOCIAL	13.306	890	14.196
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(378.350)	(2.289.237)	(2.667.587)
LUCRO/(PREJ.) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(0,9776)	(5,9153)	(6,8929)

NOTA 5 - DISPONIBILIDADES:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Cheques emitidos	8	27
Fundo fixo convênios	227	52
Bancos	31.446	8.796
Conta movimento	3.855	644
Conta arrecadação	11.745	4.229
Depósitos vinculados	15.793	1.514
Recursos SEFCON	53	2.409
Aplicações financeiras	182.302	40.707
Recursos PDBG	20.632	40.707
Recursos próprios	<u>161.670</u>	<u>-</u>
Total	213.983	49.582

NOTA 6 - CRÉDITOS DE CONTAS A RECEBER:

As contas a receber de usuários são provenientes do faturamento dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto e incluem os créditos calculados por estimativa, relativos aos serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

As perdas de créditos, contabilizadas até 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, estão no patamar considerado suficiente para absorver as perdas prováveis, refletindo no “contas a receber” a realidade factível de recebimento. O montante possível de realização no Contas a receber, considerando os débitos a vencer, estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Contas faturadas	1.117.423	987.646
Contas a receber de usuários	5.165.293	4.422.565
Provisão para devedores duvidosos	(4.047.870)	(3.434.919)
Consumo a faturar	<u>126.880</u>	<u>127.543</u>
Total	1.244.303	1.115.189

A Provisão para devedores duvidosos foi constituída em valor suficiente para que o saldo do contas a receber de clientes apresente apenas os créditos vencidos até 60 dias, com exceção dos valores a receber de órgãos públicos, e os créditos a vencer. A rubrica “Consumo a faturar” refere-se à totalidade das contas lidas até 31 de dezembro de 2007 e que serão faturadas no início do exercício seguinte. Tal procedimento é praticado com vistas à adequação ao regime de competência de exercícios, conforme comentário na nota 3 item “k”.

A seguir apresentamos o saldo de contas a receber por escala de vencimento na faixa de 1 a 360 dias de vencidas:

DIAS	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Créditos a vencer	68.210	54.721
Até 30 dias	89.993	77.974
De 31 a 60 dias	66.657	75.764
Órgãos Públicos	892.563	779.187
Subtotal	1.117.423	987.646
De 61 a 120 dias	113.374	4.033
De 121 a 180 dias	94.632	77.586
De 181 a 360 dias	295.930	292.366
Acima de 360 dias	<u>3.543.934</u>	<u>3.060.934</u>
Total	5.165.293	4.422.565

Na Legislação Estadual de Saneamento o devedor é o imóvel ocupado, portanto, todos os valores devidos são atrelados ao mesmo e caso estes não sejam liquidados, ficam imputados em suas matrículas. A Companhia só pode proceder a baixa do débito após a constatação da inexistência do mesmo por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER:

A conta “Outros créditos a receber” é composta dos seguintes valores:

CONTA	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Prece arrecadação	2.677	2.137
Adiantamentos a terceiros	18.248	20.571
Adiantamentos a funcionários	3.207	3.318
Funcionários ADOR a receber	27.115	26.616
Provisão para perdas c/ Funcionários ADOR a receber	(27.115)	(26.616)
Outros créditos	1.613	2.002
Total	25.745	28.028

- Prece arrecadação – Trata-se de valores de contas a receber de clientes arrecadados pela entidade, que serão posteriormente compensados com as contribuições mensais e/ou parcelamentos a pagar;
- Adiantamentos a terceiros – registra os valores adiantados aos empreiteiros e outras entidades, por força de contrato, e são abatidos nos pagamentos efetuados a cada medição, de acordo com os referidos contratos;
- Adiantamento a funcionários – Agrega os valores relativos aos adiantamentos de 13º salário e férias, concedidos aos empregados e de acordo com a legislação vigente; e
- Funcionários ADOR a receber – Registra a totalidade dos valores a receber relativos aos empregados cedidos a outros órgãos. Tais valores estão sendo verificados e segregados pela área de recursos humanos da Companhia, relacionando: nome do empregado, salário, antecipações, adicionais, encargos e outros valores e, encaminhados à área de cobrança que efetua todos os procedimentos administrativos e encaminha um ofício de cobrança às entidades cessionárias dos serviços dos referidos empregados.

Todos os procedimentos estão sendo tomados de acordo com o Decreto Estadual nº 32.532 de 27 de dezembro de 2002. Foi efetuada a provisão de perdas na sua totalidade em virtude da incerteza de seu recebimento.

NOTA 8 - ESTOQUES

Referem-se a peças de reposição de natureza operacional, cuja localização é detalhada como a seguir:

Almoxarido	31/12/2007	31/12/2006
AL O1 – Filgueiras de Lima	304	691
AL O3 – Guandu	18.687	17.256
AL O4 – Francisco Bicalho	1.016	728
AL 22 – Pedrinhas	51	59
AL 24 – Deodoro	2.486	3.013
AL 30 – Laranjal	554	443
AL 32 – Campos	223	220
AL 33 – Macaé	42	64
	23.363	22.474
Materiais em Transito	6.082	4.830
Total	29.445	27.304

NOTA 9 – CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Refere-se a impostos a recuperar diversos, sendo que para imposto de renda e contribuição social referente ao Art. 64 da Lei 9.430/96, foi efetuada reversão parcial da provisão para perdas referente ao período de 2003 até 2006, estando assim demonstrado:

Impostos	31/12/2007	31/12/2006
IR - Ant. Lei 9.430/96	33.161	25.657
CSLL - Ant. Lei 9.430/96	6.986	5.418
PIS – Ant. Lei 9.430/96-	350	358
COFINS – Ant. Lei 9.430/96	1.616	1.691
PIS – Lei nº 10.833/03	60	-
COFINS – Lei nº 10.833/03	278	-
IR Recuperável	57	-
IR Aplicação financeira	15	-
	42.523	33.124
Prov. P/Perdas com IR Ant.	(9.543)	(25.657)
Prov. P/Perdas com CSLL Ant.	(2.052)	(5.418)
Total	30.928	2.049

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

São representados por aproximadamente 750 depósitos judiciais no montante de R\$ 33.238 efetuados a partir de 29 de maio de 1995, sendo que os 53 principais são de valor igual ou superior a R\$100, que totalizam R\$ 30.225.

Descrição	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Depósitos Judiciais	33.238	37.295
Depósito Judicial BB Cto. 00154/94	115.524	90.319
	<u>148.762</u>	<u>127.614</u>

NOTA 11 - BLOQUEIO DE PROCESSOS JUDICIAIS

São representados por aproximadamente 1600 processos de bloqueio em contas correntes efetuados a partir 12 de maio de 1997. Sendo que os 39 principais são de valor igual ou superior a R\$1.000, que totalizam R\$ 87.241.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS:

São representados por:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Cetel/Telerj	93	93
Ações de companhias	31	31
Obrigações Eletrobrás/Letras hipotecárias	1	1
Cotas de Fundo de Privatização	148	148
Total	<u>273</u>	<u>273</u>

NOTA 13 - IMOBILIZADO

A Companhia contratou, no exercício de 2004, a Fundação Getúlio Vargas – FGV para efetuar o trabalho de reavaliação dos ativos da Companhia, e o término dos procedimentos técnicos se deu no início do exercício de 2006 com a emissão do Laudo de Reavaliação na data de 19 de abril de 2006, e obteve a aprovação da AGE em 31 de julho de 2006, onde o valor dos bens integrantes do ativo permanente monta em R\$10.265.232. A contabilização do referido laudo gerou um acréscimo de R\$ 8.620.027 no ativo permanente assim como, no patrimônio líquido. A carga tributária incidente sobre a reserva de reavaliação (nota 16) também foi contabilizada, assim como a depreciação da reavaliação no valor de R\$ 96.876 relativa aos meses compreendidos entre agosto de 2006 e dezembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia detém a posse de 649 imóveis no montante de R\$ 250.446 e 375 terrenos no montante de R\$ 61.116, totalizando R\$ 311.562 a legalizar, conforme levantamento efetuado pela Fundação Getúlio Vargas. Como a Companhia não possui a propriedade desses imóveis, está em fase de regularização de titularidade para efetuar o reconhecimento contábil dos referidos imóveis.

A composição do permanente em 31 de dezembro de 2007 já contemplando os efeitos da referida reavaliação em 31 de dezembro de 2006, pode ser assim demonstrada:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2007</u>			<u>31/12/2006</u>
	<u>Custo</u>	<u>(-) Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Em operação:				
Sistemas de água	8.159.004	(278.832)	7.880.172	8.076.896
Sistemas de esgoto	2.060.769	(60.208)	2.000.561	2.043.060
Bens de uso geral	81.565	(4.291)	77.274	80.301
Imobilizado de Uso	10.301.338	(343.331)	9.958.007	10.200.257
Obras em andamento:	1.393.732	-	1.393.732	1.257.055
Materiais de investimento	1	-	1	45
Total do Imobilizado	11.695.071	(343.331)	11.351.740	11.457.357

COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO DE USO POR CATEGORIA DE BENS

<u>CATEGORIA</u>	<u>TAXA DE</u>		<u>31/12/2007</u>		<u>31/12/2006</u>
	<u>DEPREC.</u>	<u>CUSTO</u>	<u>DEPRECIACÃO</u>	<u>LÍQUIDO</u>	<u>LÍQUIDO</u>
Terrenos	-	85.807	-	85.807	85.807
Edificações	4%	911.011	(51.624)	859.387	895.827
Máquinas e equipamentos	10%	103.555	(27.783)	75.772	95.285
Móveis e utensílios	10%	4.646	(1.278)	3.368	4.269
Computadores e periféricos	20%	1.266	(565)	701	1.098
Veículos	20%	6.094	(1.727)	4.367	5.587
Tubulações	2%	9.188.959	(260.354)	8.928.605	9.112.384
TOTAIS		10.301.338	(343.331)	9.958.007	10.200.257

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS INTERNOS:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa anual</u>
			<u>Final</u>	<u>de juros</u>
Banco do Brasil S/A - refinanciamento	1.165.148	971.164	2014	10%
Caixa Econômica Federal - água e esgoto	239.926	252.317	2021	8 a 13%
	1.405.074	1.223.481		
Menos parcelas vencíveis a curto prazo:	(387.944)	(309.184)		
TOTAL DE LONGO PRAZO	1.017.130	914.297		

Os Financiamentos Internos foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre os mesmos, as taxas de juros demonstradas acima, sendo o contrato com o Banco do Brasil S/A atualizado monetariamente pela Taxa Referencial – TR e os da Caixa Econômica Federal, atualizados pela Unidade Padrão de Referência – UPR, fator de atualização interno da CEF.

Os pagamentos relativos ao financiamento junto ao Banco do Brasil S/A vem sendo efetuados mensalmente na importância de R\$ 2.100, na forma de depósitos judiciais, em função do processo nº 2003.34.00.026835-3 da 5ª Vara Federal de Brasília onde a Companhia vem questionando a revisão desde a origem em juízo, na forma prevista na Lei nº 8727/93, sendo que, o processo encontra-se ainda sem definição de mérito.

NOTA 15 – PROVISÕES:

Descrição	31/12/2007	31/12/2006
Licença prêmio	47.248	38.283
Férias	48.585	44.608
Contingências-processos judiciais	49.275	15.767
Circulante	145.108	98.658
Contingências-processos judiciais	957.507	1.122.113
Licença prêmio	118.703	95.079
Não circulante	1.076.210	1.217.192

a) Provisão para licença prêmio

É ajustada mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos. A referida provisão está registrada contabilmente nas rubricas de provisão para encargos trabalhistas (passivo circulante) e outras provisões (passivo não circulante).

b) Provisão para férias e gratificações de férias

São provisionadas mensalmente incluindo abono especial e respectivo encargos sociais e está demonstrada por montante constituído com base nos direitos adquiridos até a data do balanço.

c) Provisão para contingências

Os valores mantidos nas contas de depósitos e bloqueios judiciais, integrantes do ativo circulante e do ativo não circulante representam a totalidade dos desembolsos efetuados em diversos exercícios, relativos a processos judiciais em andamento ainda sem decisão final por parte do judiciário. Tais valores permanecem na referida rubrica até que sejam levantados ou baixados como perda, de acordo com a orientação da área jurídica da Companhia por meio de relatórios mensais de acompanhamento detalhado de todos os processos sob júdice. A Administração da Companhia amparada na avaliação desses processos efetuada pela sua área jurídica, com base na opinião dos consultores jurídicos externos da CEDAE e, de acordo com as normas e procedimentos contidos na NPC nº 22 do IBRACON aprovada pela Deliberação CVM nº 489/2005, julgou necessária a constituição de provisão dos processos avaliados com a classificação de risco provável, suficiente para resguardar a Companhia de eventuais perdas financeiras e preservar seu patrimônio.

Face às perspectivas de realização das sentenças sobre os referidos processos, foram segregadas em curto e longo prazo, onde apresentamos abaixo a totalidade dos valores passivos envolvidos nesses processos Judiciais de acordo com sua classificação de risco:

Risco	31/12/2007				31/12/2006
	CÍVEL	TRABALHISTA	TRIBUTÁRIA	TOTAL	
Remota	34.008	1.575	102.786	138.369	1.109.902
Possível	1.286.380	159.845	117.258	1.563.483	224.717
Provável	694.319	305.367	7.096	1.006.782	1.137.880
Total	2.014.707	466.787	227.140	2.708.634	2.472.499

A parcela dos processos avaliados com a classificação de risco provável, abrangem questionamentos diversos. Os objetos de tais causas são, por esfera, os seguintes:

- Das contingências cíveis:

Juizados Especiais Cíveis

Objeto	Valor
Desabastecimento	1.151
Corte por Inadimplemento	2.575
Questionamento de Cobrança	3.669
Demais ações	1.038
Total dos Juizados Especiais Cíveis	8.433

Varas Cíveis e Varas da Fazenda Pública

Objeto	Valor
Desconstituição da Tarifa Diferenciada / Progressiva	261.870
Desconstituição da Tarifa de Esgoto	123.317
Inadimplemento Contratual - Falta de Pagamento	30.184
Demais ações	270.515
Total das Varas Cíveis e Varas da Fazenda Pública	685.886

TOTAL GERAL CÍVEL	694.319
--------------------------	----------------

- Das contingências Trabalhistas:

Justiça do Trabalho

Objeto	Valor
Abono Gerj 65%	71.373
Desvio de Função	6.545
Horas Extras	6.288
Diferença de Plus Salarial	41.131
Enquadramento	24.835
Diferenças Salariais	16.642
Reintegração / Reintegração Aposentado	10.460
Salário Referência	6.274
Equiparação Paradigma	12.374
Demais ações	109.445
TOTAL GERAL TRABALHISTA	305.367

- Das contingências Tributárias:

Área Tributária

Objeto	Valor
ICMS	6.075
FINSOCIAL	770
Demais ações	251
TOTAL GERAL TRIBUTÁRIA	7.096

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

(a) Imposto de renda do exercício

A Companhia apresentou no primeiro trimestre lucro tributável e nos demais prejuízo fiscal, calculados conforme demonstrado a seguir:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	156.198	(214.337)	(54.612)	261.778	149.027
(+) Adições	82.075	286.014	113.555	160.197	641.841
(-) Exclusões	158.101	156.777	61.542	591.678	968.098
LUCRO REAL	80.172	(85.100)	(2.599)	(169.703)	(177.230)
COMP.DE BASE NEGATIVA ACUMULADA (30%)	(24.052)	-	-	-	(24.052)
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO	56.120	-	-	-	56.120
Imposto de Renda	14.024	-	-	-	14.024
Incentivo Fiscal - Pat (4% s/IRPJ Devido)	(336)	-	-	-	(336)
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	13.688	-	-	-	13.688

(b) Contribuição social do exercício

A Companhia apresentou no primeiro trimestre base de cálculo positiva e nos demais base de cálculo negativa, calculadas conforme demonstrado a seguir:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	156.198	(214.337)	(54.612)	261.778	149.027
(+) Adições	82.069	286.008	113.549	160.190	641.816
(-) Exclusões	158.101	156.777	61.542	591.678	968.098
BASE DE CÁLCULO ANTES DAS COMPENSAÇÕES	80.166	(85.106)	(2.605)	(169.710)	(177.255)
COMP.DE BASE NEGATIVA ACUMULADA (30%)	(24.051)	-	-	-	(24.051)
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO	56.115	-	-	-	56.115
Contribuição Social (9%)	5.050	-	-	-	5.050
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	5.050	-	-	-	5.050

Encontram-se registrados em passivo exigível a carga tributária do imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação, controlado em registro extra-contábil, conforme segue:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação	2.837.406	2.902.019

A carga tributaria vem sendo diminuída proporcionalmente em relação à realização da reserva de reavaliação contra a conta de lucros/prejuízos acumulados. A

contabilização da reavaliação de bens do ativo permanente dos sistemas de água e esgotos, está comentada na nota nº 13.

NOTA 17 - PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR:

Os prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores e atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995 montam R\$ 1.943.773 em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.710.184 em 31 de dezembro de 2006), sendo passíveis de compensação limitados a 30% da base de cálculo positiva do lucro real de períodos base futuros. Tais créditos são controlados em registros auxiliares extra contábeis.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007, estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	31.681	31.681
Aplicações Financeiras	182.302	182.302
Empréstimos e financiamentos:	1.405.074	1.405.074

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

- Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de

natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos é similar aos de mercado.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Capital social

O Capital Social no montante de R\$ 3.365.036 é representado por 296.953.384.254 ações ordinárias e 90.050.693.404 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm vantagens na percepção de dividendos mínimos e prioridade na distribuição dos mesmos, na proporção da parcela do Capital a que correspondem, mantido o direito de voto nas assembleias gerais da companhia, para as ações ordinárias.

O Estatuto social contempla a distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal ou de lucros a realizar, quando necessário.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro detém o controle acionário da CEDAE, conservando sempre, pelo menos, 51% ações do capital social com direito a voto, podendo transferir a terceiros, a título oneroso, o excedente.

b) Créditos para aumento de capital do acionista majoritário

Representam os recursos aportados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, para aplicação em obras de saneamento básico. Estes recursos serão convertidos em capital "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas.

Do montante de R\$ 2.798.063 aportados na Companhia até 31 de dezembro de 2007, R\$2.604.882 foram utilizados no aumento do Capital Social aprovado pela AGE de 28 de dezembro de 2005 (R\$ 2.169.086) e por Deliberação do Conselho de Administração na reunião nº 474 de 18 de dezembro de 2006 (R\$ 435.796). O saldo em 31 de dezembro de 2007 monta em R\$ 193.181(R\$ 78.988 em 2006).

c) Reserva de reavaliação

Está apresentada pelo seu valor líquido, ou seja, ajustada pela carga tributária do Imposto de renda e contribuição social, apurados com base na legislação vigente. No exercício de 2007, foi realizada o montante de R\$ 203.507.

NOTA 20 – PASSIVO ATUARIAL:

PRECE – Deliberação CVM 371

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do período	2.146.899	1.880.687
(a) Benefícios a conceder (ativos)	532.421	406.437
(b) Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	1.614.478	1.474.250
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	1.429.303	1.352.782
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	717.596	527.905
(4) Passivo (Ativo) atuarial não reconhecido	(271.226)	-
Passivo atuarial líquido, CVM 371/2000 (3+4)	(A) 446.370	527.905
Despesa líquida para os próximos 12 meses	172.621	97.896
Custo do serviço corrente	22.101	18.377
Custo dos juros - Benefícios a conceder (ativos)	68.469	45.927
Custo dos juros - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	207.622	157.860
Rendimento esperado dos ativos do plano	(149.299)	(148.167)
Contribuições esperadas de participantes	23.728	23.899

CAC – Deliberação CVM 371

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
(1) Valor presente da obrigação atuarial no fim do período	235.274	281.681
(a) Benefícios a conceder (ativos)	108.467	141.650
(b) Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	126.807	140.031
(2) Valor justo dos ativos do plano no fim do período	-	(34.006)
(3) Valor presente das obrigações em excesso aos ativos (1-2)	235.274	315.687
(4) Passivo (Ativo) atuarial não reconhecido	43.387	-
Passivo atuarial líquido, CVM 371/2000 (3+4)	(B) 278.661	315.687
Despesa líquida para os próximos 12 meses	26.138	46.271
Custo do serviço corrente	4.904	7.348
Custo dos juros - Benefícios a conceder (ativos)	11.682	18.981
Custo dos juros - Benefícios concedidos (aposentados e pensionistas)	11.538	15.320
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	4.622
(ganhos)perdas atuariais não reconhecidos	(1.986)	
TOTAL DO PASSIVO ATUARIAL	(A) + (B) 725.031	843.592

O valor dos cálculos atuariais acima tem por data base 31 de dezembro de 2007 e os mesmos foram efetuados por empresa especializada em cálculos atuariais, contratada especificamente para este fim.

NOTA 21 - ELEMENTOS DE RECEITAS E CUSTOS POR SEGMENTO DAS ATIVIDADES DE ÁGUA E ESGOTO:

A composição dos elementos das receitas e das despesas, por segmento de atividades, é representada da seguinte forma:

<u>RECEITAS OPERACIONAIS</u>	<u>ÁGUA</u>	<u>ESGOTO</u>	<u>SOMA</u>
Diretas	1.796.817	949.770	2.746.587
Indiretas	6.272	3.441	9.713
	1.803.089	953.211	2.756.300
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>			
Despesas de Exploração	957.754	506.254	1.464.008
Depreciações e Provisões	422.538	223.347	645.885
Despesas Financeira e Fiscais	368.894	194.991	563.885
	1.749.186	924.592	2.673.778
<u>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</u>	53.903	28.619	82.522

CÁLCULO DO EBITDA:

	2007	2006
<u>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</u>	2.756.300	2.474.540
(-) IMPOSTOS INCIDENTES	(214.222)	(172.954)
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	2.542.078	2.301.586
<u>EBITDA</u>	663.133	(2.170.184)
<u>MARGEM (EBITDA / Receita Operacional Líquida)</u>	26,09%	-94,29%
Provisões de despesas não recorrentes	403.536	2.789.507
<u>EBITDA AJUSTADO</u>	1.066.669	619.323
<u>MARGEM DO EBITDA AJUSTADO</u>	41,96%	26,91%

NOTA 22 - TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS:

A Companhia em 31 de dezembro de 2007 possuía os seguintes saldos com o seu acionista controlador, o Estado do Rio de Janeiro:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Ativo		
Contas a receber de órgãos estaduais	352.774	316.959
Pessoal cedido a órgãos do Estado – ADOR	27.115	26.616
Repasse ao fundo da dívida pública	1.088	1.088
	380.977	344.663
Passivo		
ICMS a pagar	691.406	671.527
Créditos para futuro aumento de capital social	193.181	78.988
	884.587	750.515
Saldo	503.610	405.852

O saldo do contas a receber, refere-se ao fornecimento de água e serviços de esgoto aos órgãos estaduais não recebidos pela Companhia.

O saldo do ICMS a pagar, refere-se à cobrança de ICMS nas contas de água pela Companhia, não repassadas ao Estado por ter sido considerado inconstitucional.

NOTA 23 – PARCELAMENTOS:

É representado por:

Descrição	31/12/2007	31/12/2006
PRECE Res. Tec. E Aluguel	11.185	8.204
PRECE – Parc. 11	39.222	26.035
PRECE – Parc. 12 – Res. a Amort.	68.460	47.891
(A) PRECE	118.867	82.130
Parcelamento Especial - PAES	46.149	40.354
Parcelamento Especial - PAEX	16.473	15.284
(B) PARCEL. ESPECIAIS	62.622	55.638
Parcelamento Light	24.000	24.000
(C) LIGHT	24.000	24.000
IRPJ e CSLL	3.976	-
Ind. Antártica do Sudeste	14.327	14.327
General Eletric do Brasil Ltda.	19.357	18.814
CIBA Especialidades Químicas Ltda	1.747	2.433
Ind. Quím. E Farm. Shering Ploug	3.340	3.661
Prosint Química S/A	4.600	-
Outros Parcelamentos	4.860	3.664
Parcelamentos Diversos	52.207	42.899
CIRCULANTE	257.696	204.667
PRECE Res. Tec. E Aluguel	2.121	7.947
PRECE – Parc. 11	121.650	155.049
PRECE – Parc. 12 – Res. a Amort.	203.446	260.209
(A) PRECE	327.217	423.205
Parcelamento Especial - PAES	386.217	425.403
Parcelamento Especial - PAEX	140.037	145.200
(B) PARCEL. ESPECIAIS	526.254	570.603
Parcelamento Light	92.265	65.526
(C) LIGHT	92.265	65.526
IRPJ e CSLL	15.574	-
Ind. Antártica do Sudeste	29.351	30.781
Prosint Química S/A	9.200	-
Parcelamentos Diversos	54.125	30.781
NÃO CIRCULANTE	999.861	1.090.115

(a) – Contribuição à prece – Previdência Complementar

A PRECE foi instituída pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários de seus funcionários. Na condição de patrocinadora juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição dos mesmos.

As contribuições a pagar à PRECE, inclusive aquelas oriundas de acordo de parcelamento e outras obrigações, somam, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 459.637 (R\$ 520.085 em 31/12/2006) e encontram-se registradas da seguinte forma:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Passivo circulante	132.420	96.880
Passivo não circulante	<u>327.217</u>	<u>423.205</u>
TOTAL	459.637	520.085

No exercício de 2007, o total de contribuições atingiu o montante de R\$ 61.462 (R\$ 60.272 no exercício de 2006), assim distribuídos:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Planos Prece I e Prece II :		
Empregados	13.787	13.406
Patrocinadora	13.787	13.406
Taxa Extraordinária Temporária :		
Patrocinadora	<u>33.888</u>	<u>33.460</u>
Total Geral	61.462	60.272

No ano de 2000, foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, o novo acordo de contribuições da patrocinadora para com a PRECE (planos Prece I e Prece II), para adequação à Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998.

A composição das reservas técnicas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é a seguinte:

	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Benefício concedidos	1.589.149	1.391.700
Benefício a conceder	539.719	419.770
Reservas a amortizar	<u>(177.244)</u>	<u>(189.506)</u>
TOTAL	1.951.624	1.621.964

A última revisão atuarial das reservas matemáticas do plano de benefícios da Prece foi realizada em dezembro de 2007 por atuário independente.

As reservas a amortizar (provisões matemáticas a constituir) referem-se às taxas extraordinárias temporárias. O reconhecimento no resultado está sendo feito mensalmente. O prazo de amortização é de 13 anos (156 parcelas) e já foram amortizadas 85 parcelas. As referidas parcelas são atualizadas pela variação do INPC.

(b) Parcelamentos especiais

(b.1) Parcelamento – PAES

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial – PAES instituído pela Lei 10.684/2003.

O saldo devido do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em 30 de junho de 2003 no valor de R\$ 80.963 foi totalmente incorporado ao novo parcelamento (PAES) em 30 de setembro de 2003 bem como os indêbitos fiscais utilizados no período de 2000 a 2003.

Os pagamentos estão sendo efetuados nas regras da Lei 10.684/2003, enquadrados conforme segue:

SRF – 0,75% do faturamento mensal bruto, relativo ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, acrescido da TJLP acumulada.

INSS – 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

SESI - 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

SENAI – 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

RESUMO DEMONSTRATIVO DE JUROS E AMORTIZAÇÕES					
POSIÇÃO EM 31/12/2007			Quadro 1		
	SRF	INSS	SESI	SENAI	TOTAIS
PRINCIPAL	71.337	227.613	9.235	7.284	315.469
JUROS	35.225	63.759	4.339	3.446	106.769
MULTA	9.642	20.600	1.574	1.331	33.147
OUTROS ENCARGOS	2.461	-	-	-	2.461
VALOR DA ADESÃO	118.665	311.972	15.148	12.061	457.846
JUROS TJLP	41.423	105.308	4.097	3.266	154.094
AMORTIZAÇÕES	(69.040)	(102.627)	(4.423)	(3.484)	(179.574)
SALDO A PAGAR	91.048	314.653	14.822	11.843	432.366

Do saldo a pagar em 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 46.149 está registrado no passivo circulante e R\$ 386.217 no passivo não circulante.

(b.2) Parcelamento – PAEX

PARCELA SRF - Durante o exercício de 2005 a Companhia solicitou junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o parcelamento do débito de sua responsabilidade inscrito em dívida ativa da União sob o nº 70204016090-50, relativo ao IRPJ de 1997 que não havia sido incluído pela Secretaria da Receita Federal no Parcelamento Especial – PAES. Tal solicitação foi acatada conforme notificação nº 0419/2005 – SERCP, do Ministério da Fazenda.

Em 28 de setembro de 2006, por ocasião da adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX instituído pela MP 303 de 29 de junho de 2006, o processo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, se incorporou ao parcelamento instituído pela referida Medida Provisória.

PARCELA INSS - O debito junto ao Ministério da Previdência Social já em fase de execução, conforme apelação civil nº 2003.51.01503374-0, pelas NFLD'S nº 32147597-6 e nº 32147572-0, no montante de R\$ 85.955, também foi incluída ao parcelamento instituído pela referida Medida Provisória.

RESUMO DEMONSTRATIVO DE JUROS E AMORTIZAÇÕES			
POSIÇÃO EM 31/12/2007		Quadro 2	
	SRF	INSS	TOTAIS
PRINCIPAL	77.647	85.955	163.602
VALOR DA ADEÇÃO	77.647	85.955	163.602
JUROS TJLP	5.822	6.583	12.405
AMORTIZAÇÕES	(9.267)	(10.230)	(19.497)
SALDO A PAGAR	74.202	82.308	156.510

Do saldo a pagar em 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 16.473 está registrado no passivo circulante e R\$ 140.037 no passivo não circulante.

Resumo dos Quadros

QUADRO 1	432.366
QUADRO 2	<u>156.510</u>
Total	588.876
Circulante	62.622
Não Circulante	<u>526.254</u>
Total	588.876

(c) – Parcelamento light

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu junto à Light S/A, o total devido pela Companhia, relativo às contas de consumo de energia elétrica vencidas até 31 de dezembro de 2004 tendo sido este aporte registrado na rubrica “créditos para futuro aumento de capital social”, em conformidade com o Decreto Estadual nº 38.144, de 23 de agosto de 2005. O saldo a pagar relativo às contas vencidas de 01 de janeiro de 2005 até 30 de novembro de 2005 foi incluído em contrato de parcelamento, celebrado em 22 de dezembro de 2005 sendo aditado em 18 de dezembro de 2006, onde foi incluída a parcela de R\$ 61.659 de contas em aberto do período de Janeiro a Agosto de 2006 e também excluído o montante de R\$ 43.319 relativo à cobrança indevida de ICMS nas contas compreendidas de 16 de maio de 2005 até 08 de março de 2006 em conformidade com o art. 1º do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005 que reduz em 100% a base de cálculo do referido imposto nas operações internas destinados às empresas da administração indireta do Governo do Estado do Rio de Janeiro a partir daquela data.

A Composição da dívida e seu saldo a pagar em 31 de dezembro de 2007 montam em:

COMPOSIÇÃO	R\$ MIL
Total da Dívida	366.578
Parcela assumida pelo G.E.R.J.	(158.994)
Dedução do ICMS	(43.319)
Total parcelado	164.265
Amortizações	(48.000)
Saldo a pagar	116.265

O Valor das parcelas mensais foi fixado em R\$ 2.000 conforme o contrato de parcelamento. Até 31/12/2007 já haviam sido pagas 24 parcelas, restando ainda um total de 58 a serem pagas (57 no valor de R\$ 2.000 e a 58ª no valor de R\$ 1.600). Será também efetuado o pagamento, até 31 de janeiro de 2008, da importância de R\$ 665 relativa às faturas com vencimento ainda em aberto.

Do saldo a pagar em 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 24.000 está registrado no passivo circulante e R\$ 92.265 no passivo não circulante, totalizando R\$116.265.

NOTA 24 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER:

A conta “Impostos e contribuições a recolher” é composta pelos seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31/12/2007	31/12/2006
ICMS *	691.406	671.527
IRRF	6.116	3.460
RETENÇÃO LEI 10.833/03	3.327	3.005
COFINS	12.657	15.843
PASEP	2.741	3.440
IRPJ	17.447	13.332
CSLL	6.438	6.549
CONTRIBUIÇÕES S/ FOLHA DE PGTº	13.803	13.375
OUTROS	1.372	868
TOTAL	755.307	731.399

(*) Em 17 de dezembro de 2003 foi sancionada a Lei Estadual nº 4.246 que criou o programa REFERJ que em seu Art.16 autoriza o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia promover a extinção de débitos e créditos existentes entre as duas instituições mediante compensação de 63,75% dos créditos de ICMS a favor do Estado com os créditos de contas de águas que a Companhia possui perante aos órgãos da administração direta e indireta do Estado, em ambos os casos, para fatos geradores ocorridos até 31 de Dezembro de 2002.

O processo protocolizado junto à Secretaria da Receita Estadual sob o nº 34-059.014/04 visando à extinção de débitos e créditos entre a Cedae e o Estado do Rio de Janeiro nos moldes estabelecidos pela Lei Estadual nº 4.246 de 17 de dezembro de 2003, encontra-se atualmente junto à Assessoria de Fiscalização – SAF com o Subsecretário de Fiscalização, para análise do perito competente no assunto, no tocante aos créditos identificados pela Companhia por matrícula, período, Secretaria e Órgão das contas devidas por parte do Estado. De acordo com os valores levantados das dívidas de ICMS da Companhia para com o Estado (R\$ 287.686) e o limite de compensação conforme o artigo 16 da referida Lei (63,75%), o montante a ser compensado entre as duas entidades totaliza R\$183.400 e caso o pedido seja acatado será efetuada a baixa do referido valor tanto na rubrica “contas a receber” no ativo circulante quanto na rubrica “ICMS a recolher” no passivo circulante.

Os valores que compõem o montante dessa obrigação em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são os seguintes:

	31/12/2007	31/12/2006
PRINCIPAL	369.680	369.680
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	127.363	113.073
JUROS	131.659	127.873
MULTAS	62.704	60.901
TOTAL DE ENCARGOS	321.726	301.847
TOTAL GERAL	691.406	671.527

NOTA 25 – REDUÇÃO DE BASE DO ICMS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro através do Decreto nº 36.574 de 12 de novembro de 2004 reduziu em 100% a base de cálculo de incidência do ICMS nas

operações internas de fornecimento de água canalizada com efeitos a partir de 09 de novembro de 2004.

NOTA 26 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em assembléia geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGE realizada em 22 de janeiro de 2007, foi fixado o limite de remuneração dos administradores em valor igual ao do cargo de Subsecretário de Estado para o Diretor-Presidente e em valor correspondente ao do cargo de Subsecretário Adjunto para os demais diretores, e totalizou o montante de R\$ 976, que está apresentado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

NOTA 27 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui apólices de seguros contratados, considerados suficiente pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos e sobre suas responsabilidades. Apresentamos abaixo a discriminação das coberturas de acordo com os riscos envolvidos em suas operações e de acordo com orientações dos nossos consultores de seguro.

Relacionados abaixo as principais apólices contratadas que se encontravam em vigência em 31 de dezembro de 2007.

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Compreensivo empresarial	21.000
Responsabilidade civil geral	20.000
Total	41.000

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

CPMF

Como resultado da rejeição da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) pelo Senado Federal, a partir de 1º de janeiro de 2008 não haverá mais a incidência deste tributo sobre movimentações financeiras.

Entretanto, com o objetivo de suprir a perda de arrecadação decorrente da extinção da CPMF, a partir de janeiro de 2008 as operações de crédito, câmbio e seguro passarão a pagar uma alíquota adicional média de 0,038 p.p. a título de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mesma alíquota da extinta CPMF.

Alteração na Lei das SAs. (6.404/76)

A Lei nº 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações financeiras e os critérios de apuração de nossa posição

patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado – DVA também foi introduzida como publicação obrigatória. DFC e DVA são também mandatórias para todas as grandes empresas independentemente de sua forma societária, estando sujeitas à auditoria independente.

Bens e direitos intangíveis foram segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferidos.

Foi criada a rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

As despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional serão classificadas no ativo diferido.

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:

Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios e taxas de depreciação, amortização e exaustão;

Os direitos classificados no intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado; e

Eliminação da possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova Lei deu opção às companhias para manterem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido.

Wagner Granja Victor
DIRETOR PRESIDENTE

Fernando Avelino Boeschstein Vieira
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Marco Antônio Feijó Abreu
DIRETOR DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Jair Otero Peixoto
DIRETOR DE ENGENHARIA

Jorge Luiz Ferreira Briard
DIRETOR DE PRODUÇÃO E GRANDE OPERAÇÃO

Heleno Silva de Souza
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR

Armando Costa Vieira Junior
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA

Orlando Eduardo Bezerra
CONTADOR

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE
Rio de Janeiro – RJ

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do Balanço Social do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentado para propiciar informações suplementares sobre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis. A demonstração do Balanço Social foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 5 Fomos contratados para auditar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparabilidade e emitimos parecer com abstenção de opinião, datado de 5 de novembro de 2007, contendo ênfase quanto à continuidade normal dos negócios e ressalvas quanto aos assuntos resumidos a seguir:
 - a) Ausência de documentação comprobatória para os depósitos bancários;
 - b) Ausência de atualização do sistema de cadastro de usuários de serviços;

- c) Não conclusão sobre a adequação do saldo de contas a receber de usuários e sua realização;
- d) Ausência de relatórios de acompanhamentos dos processos judiciais, impossibilitando a conclusão sobre o saldo registrado na rubrica de depósitos e bloqueios judiciais;
- e) Ausência de definição judicial quanto à situação de ativos em áreas de concessão privada;
- f) Ausência de informação no laudo de reavaliação do ativo imobilizado sobre a vida útil estimada dos bens, não sendo possível a conclusão sobre o cálculo da depreciação;
- g) Ausência de levantamento dos imóveis sem titularidade;
- h) Ausência de documentação suporte sobre fornecedores, empreiteiros e créditos de terceiros a liquidar;
- i) Não reconhecimento dos efeitos da avaliação atuarial requerida pela Deliberação CVM nº 371;
- j) Ausência de controles adequados sobre provisão de férias e licença prêmio;
- k) Divergência entre o saldo contábil de empréstimo e a posição externa fornecida por este credor;
- l) Ausência de acompanhamento dos consultores jurídicos sobre os processos judiciais em sua totalidade;
- m) Ausência de nota explicativa sobre eventos subseqüentes e
- n) Não fornecimento da carta de responsabilidade da administração.

No exercício de 2007, essas ressalvas foram regularizadas em função, principalmente, dos ajustes retrospectivos apresentados na nota explicativa 4.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2008.

José Luiz de Souza Gurgel
Sócio-contador
CRC RJ – 087339/O-4
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Diretor
CRC RJ-086312/O-6
BDO Trevisan Auditores
Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

DELIBERAÇÃO Nº. 004/2008

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, em reunião hoje realizada, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, bem como os pareceres dos Auditores Independentes – BDO Trevisan Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2007, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da Companhia no Exercício de 2007 e por seus membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2008

1. Luiz Fernando de Souza - Presidente
2. Wagner Granja Victor – Vice-presidente
3. Fernando Avelino Boeschstein Vieira – Membro
4. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos – Membro
5. Sidney Levy – Membro
6. Aristides Maria Ricci Corbellini – Membro
7. Dario Mondego – Membro Representante dos Acionista Minoritários

BALANÇO SOCIAL ANUAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

NOVA CEDAE: EMPRESA QUE PRODUZ SAÚDE PÚBLICA E MELHORIA

DA QUALIDADE DE VIDA DO CIDADÃO FLUMINENSE

Prezado leitor,

No decorrer do ano de 2007, implementamos na Nova Cedae várias ações administrativas e operacionais em busca da modernização, eficiência e competitividade, com otimização dos recursos, transparência e foco nas boas práticas de governança corporativa e crescimento sustentável, objetivando prestar, aos nossos mais de 1.740.000 clientes do Estado do Rio de Janeiro, serviços de saneamento básico de alta qualidade e eficácia. O acesso ao nosso principal produto, a água potável, por sua natureza, proporciona melhor qualidade de vida a nossa sociedade. Em 2007, envidamos todos os nossos esforços em conjunto com o profissionalismo de nossos colaboradores, para possibilitar o acesso dos consumidores a este bem natural, visando à universalização do fornecimento de água de boa qualidade e para proporcionar o tratamento adequado dos esgotos sanitários retirados das residências de nossos consumidores. A Companhia, além das suas atribuições legais, é conhecedora dos problemas que atingem a sociedade a qual está inserida e busca soluções conjuntas e benéficas para ambos. Por este motivo, praticamos neste período, várias atividades sociais e de proteção ao meio ambiente que em conjunto apresentamos na seqüência para possibilitar o conhecimento mais profundo de nossos clientes, colaboradores e leitores em geral.

Wagner Granja Victer
Diretor-Presidente

CEDAE - COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATIVIDADES SOCIAIS E AÇÕES PARA A MELHORIA DO MEIO AMBIENTE REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007

RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS GUANDU E MACACU

O projeto de reflorestamento para recompor as matas ciliares às margens do Rio Guandu e Macacu já proporcionou o plantio de mais de 8.000 mudas de diversas espécies nativas nas margens do Rio Guandu que abastece 80% do município do Rio de Janeiro e baixada fluminense. Em 2007, foi iniciada, em parceria com a empresa Águas de Niterói S/A a recuperação das matas ciliares do Rio Macacu que abastece a região de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Cachoeira de Macacu e Ilha de Paquetá. Os trabalhos estão sendo realizados por detentos do sistema carcerário em regime aberto e semi-aberto, que estão se ressocializando e participando do curso de formação de Agentes de Reflorestamento. O projeto denominado “Replantando Vida” também proporcionará a criação, em conjunto com o Instituto Estadual de Florestas – IEF, de um parque fluvial que formará um corredor florestal ao longo das margens dos rios e Guapiaçu. A expectativa é de até o ano 2010 replantar 3 milhões de mudas de espécies nativas do ecossistema Mata Atlântica.

TARIFA SOCIAL

Em 2007 aproximadamente 1.127.744 (1.111.000 em 2006) habitantes do Estado do Rio de Janeiro foram beneficiados com a tarifa social praticada pela Companhia no valor de R\$ 14,73 para o consumo de água até 6m³ mês e para a coleta de esgotos, possibilitando o acesso à uma melhor qualidade de vida pelas comunidades de baixa renda.

PROGRAMA DE READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

O programa de readaptação é conduzido pelos nossos setores de medicina do trabalho e serviço social e tem como objetivo recolocar em cargo correlato, sem alteração de seus vencimentos, os nossos colaboradores que tenham sofrido alteração na sua capacidade laborativa por acidente ou doença, passando a executar atividades compatíveis com suas limitações. Neste exercício 25 colaboradores foram recolocados e o programa desde seu início já recolocou 124 colaboradores em sua maioria pessoal com atuação na área operacional onde se desenvolve o trabalho mais pesado de nossas atividades.

ATIVIDADES SOCIAIS INTERNAS

Ações diretas desenvolvidas no período

- **Saúde e assistência médica**

A Companhia mantém juntamente com seus colaboradores a Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae – CAC Saúde que assistiu neste período 6.512 (6.378 em 2006) participantes ativos, 6.527 (6.484 em 2006) empregados aposentados e inativos possibilitando assistência médica extensiva aos 19.354 (17.562 em 2006) dependentes. A CAC - Saúde por meio do Programa de Saúde

Ocupacional – PROSAO promoveu durante este exercício 5.663 (7.157 em 2006) exames periódicos, 279 exames de retorno ao trabalho, 101 (224 em 2006) exames demissionais e 35.261 (17.712 em 2006) exames complementares. O investimento realizado pela Nova Ceda e neste período foi da ordem de R\$ 67.424.764,00 (R\$ 57.575.200,00 em 2006).

Neste período, com apoio da CIPA local, iniciou-se na sede da Companhia atendimentos terapêuticos e estéticos em consonância com o Programa de Prevenção da LER/DORT- Lesões por Esforços Repetitivos-Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, com 227 atendimentos para o tratamento de massagem relaxante, massagem terapêutica, massagem facial estética, Shiatsu facial e auriculoterapia anti-tabaco.

- **Programa de Prevenção à Dependência Química**

O Programa de Prevenção ao Alcoolismo e Outras Drogas – PROPAD realizado para atendimento de nossos colaboradores, através da CAC – SAÚDE, assistiu neste período 35 empregados (33 em 2006) sendo 20 (17 em 2006) encaminhados para tratamento ambulatorial especializado, 1 (2 em 2006) encaminhado para internação em clínica especializada, 4 em acompanhamento para encaminhamento e 10 foram excluídos do programa por desistência e aposentadoria.

- **Treinamentos**

Neste período foram desenvolvidos 61 (64 em 2006) cursos e seminários com a participação de 532 (1.510 em 2006) colaboradores das áreas operacional, comercial, segurança, administrativa e de readaptação profissional com o cumprimento da carga horária de 1.140 (63.400 em 2006) horas. As atividades de treinamentos foram realizadas através dos cursos: Análise bacteriológicas para águas de abastecimento público, Gestão de segurança em espaço confinado, Operação e manutenção de estação de tratamento de água e de rede coletora de esgoto, Qualidade da água e controle da poluição, Segurança em instalações e serviços com eletricidade, Segurança na operação com o cloro, Soldador polietileno, Técnica de tratamento e controle da qualidade, Análise de consumo, Elaboração e gerenciamento de projetos, Gestão nas relações de trabalhos, Gestão de processos de mudanças, Gestão tributária nas empresas, Melhoria na gerência pública e Prevenção de acidentes de trabalho para participantes da CIPA. O montante de R\$ 108.978,00 (R\$ 1.170.671,00 em 2006) aplicados em treinamentos foram oriundos da parceria que a Companhia mantém com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

- **Auxílio Creche**

Este benefício foi concedido em 2007 a 566 (563 em 2006) colaboradores, sendo o valor médio pago no período da ordem de R\$ 270,00/mês, atendendo aos 632 filhos de nossos colaboradores de até 7 anos e aqueles empregados que tenham a posse dos filhos por determinação judicial. A Companhia investiu nesta ação o montante de R\$ 1.931.892,00 (1.459.627,00 em 2006).

- **Auxílio Filho Excepcional**

O benefício é concedido aos nossos colaboradores cujos filhos necessitam de cuidados especiais por serem portadores de alguma deficiência. Comprovada a dependência e a categoria da deficiência, inicia-se o processo de concessão do benefício com abordagem do colaborador esclarecendo os objetivos da concessão, dentro de uma proposta de promoção e qualidade de vida da pessoa portadora da deficiência e contribuindo para a inclusão social. Neste exercício 89 (101 em 2006) colaboradores receberam o benefício, pois conseguiram cumprir toda a dinâmica de concessão. O valor mensal do benefício foi de R\$ 672,00 mês (R\$ 680,00 em 2006) e somente é liberado mediante a comprovação anual dos tratamentos especializados, mediante apresentação de laudos emitidos por profissionais, declaração escolar, avaliação e autorização das equipes técnicas das nossas coordenações, medicina do trabalho e serviço social. Os recursos investidos neste item, em 2007, foram da ordem de R\$ 709.864,00 (R\$ 646.750,00 em 2006).

- **Auxílio Alimentação**

Este benefício é concedido através de cartão eletrônico que proporciona maior segurança para os nossos colaboradores. É constituído do vale refeição no valor de R\$ 312,00 (R\$ 306,00 em 2006) e da cesta básica de R\$ 185,00 (R\$ 180,85 em 2006) por mês. Todos os nossos colaboradores são contemplados com auxílio refeição e a cesta básica é concedida aos empregados dos níveis elementares a médio. O investimento realizado pela Nova Cedae neste exercício foi da ordem de R\$ 40.904.851,00 (R\$ 37.543.324,00 em 2006).

- **Auxílio Transporte**

Este benefício foi concedido aos nossos 3.411 (3.339 em 2006) colaboradores que optaram pelo vale transporte em forma do cartão RIO CARD, que pode ser utilizado no âmbito de qualquer município do Estado do Rio de Janeiro. Os recursos utilizados no período pela Companhia para a realização deste investimento foi da ordem de R\$ 6.249.459,00 (R\$ 5.569.111,00 em 2006) no ano.

- **Bolsas de Estudos**

Em 2007, concedemos 200 (263 em 2006) bolsas de estudos junto aos nossos colaboradores com extensão para seus dependentes cujo valor unitário foi de R\$ 445,00 (R\$ 420,00 em 2006) para serem utilizadas em instituições de ensino técnico tais como o Colégio 1º de maio, mantido pelo sindicato da categoria que funciona em regime de entrosagem com o Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) e outras instituições de ensino técnico de inquestionável reputação. A Companhia investiu nesta ação o montante de R\$ 1.068.000,00 (R\$ 1.325.520,00 em 2006).

- **Previdência Complementar**

Como um instrumento de política de recursos humanos a Prece - Previdência Complementar, criada em 1984, é mantida pela Companhia e por seus colaboradores participantes cujo objetivo é proporcionar complementação salarial quando da aposentadoria dos mesmos junto ao órgão oficial da

previdência social. Neste período, saíram dos quadros da Companhia e passaram a receber complementação 132 colaboradores. Além de completar aposentadorias à Prece – Previdência Complementar oferece aos seus participantes empréstimos com taxas mais acessíveis que as do mercado, para o financiamento de hospedagem, áudio e vídeo e eletrodomésticos. Em 31 de dezembro de 2007, o fundo apresentava 5.715 (5.626 em 2006) participantes ativos e 4.313 (4.349 em 2006) aposentados. O valor desembolsado pela Nova Ceda e para este item foi da ordem R\$ 52.936.004,00 (R\$ 52.108.691,00 em 2006) no ano.

- **Segurança no Trabalho**

No decorrer deste exercício foram realizadas 12 (25 em 2006) Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA's e 1.060 (1.244 em 2006) inspeções em diversos setores da Companhia tais como estações de tratamento de água e esgotos, elevatória de águas e esgotos, oficinas, distritos, garagens e em frente de obras em logradouros públicos visando o levantamento de riscos, elaboração de Plano de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, mapas de riscos e treinamentos em parcerias com o SESI. Neste exercício ocorreram 64 (78 em 2006) acidentes com a ocorrência de uma morte.

- **Programa PEP-CEDAE**

O objetivo do programa é ser uma ferramenta para o monitoramento e melhoria contínua da qualidade metrológica dos laboratórios do setor de saneamento e meio ambiente, além de ser um elemento facilitador para a implantação de sistemas de garantia da qualidade. Sua estrutura, organização do provedor e do programa de ensaios de proficiência, seguem as recomendações da ABNT/ISSO/IEC 43-1 ensaios de proficiência por comparações interlaboratoriais, desenvolvimento e operação de programas de ensaios de proficiência. Em 2007, o PEP-CEDAE apresentou 98 laboratórios inscritos de vários estados brasileiros, além de laboratórios do Peru e da Argentina com a realização de duas rodadas de ensaios com a participação, na primeira rodada, de 84 laboratórios e 81 na segunda rodada. Neste período foram executadas pelos nossos laboratórios de água 578.749 (588.581 em 2006) análises físico, químico e microbiológicas de água e 65.260 (134.319) análises de esgotos. Neste período não foi possível o acontecimento do Fórum Técnico para Incremento da Qualidade dos Laboratórios de Águas e Esgotos e áreas afins - IV FIQUALE, parte integrante do PEP-CEDAE, sendo transferido para o próximo ano sua realização.

- **Reutilização Interna da Água**

A Companhia vem substituindo a água potável, usada como água de serviço, por água de reutilização nos prédios das centrifugas (máquinas utilizadas na desidratação do lodo digerido na estação de tratamento de esgotos) nas seguintes aplicações: diluição do polímetro de desidratação, área de preparação do polímetro, limpeza da área de trabalho das centrifugas. A partir de 2007 entrou em funcionamento na ETE-Penha o ponto de abastecimento de viaturas operacionais e oficiais para desobstrução de rede de esgotos, limpeza de vias públicas, combate a incêndio, construção civil, rega jardins. A economia de água potável em 2007 foi da ordem de 21.085m³.

- **Relacionamentos com entidades sindicais**

O bom relacionamento da Companhia com as entidades sindicais representativas de nossos colaboradores tem sido mantido. O Acordo Coletivo de Trabalho do período 2007/2008 foi assinado em 10/09/2007 por onde os salários e vantagens foram reajustados em 3,44%, produzindo seus efeitos a partir da data base da categoria que é o mês de maio. Neste acordo a Companhia manteve diversos benefícios sociais tais como: bolsas de estudo, auxílio creche e pré-escolar, material escolar, auxílio dependente portador de deficiência, assistência odontológica, formação educacional, readaptação profissional e coibição de práticas discriminatórias. Através do acordo a Companhia concordou em liberar até 34 empregados para o exercício de dirigentes sindicais devidamente empoboados nas instâncias de administração, fiscalização e representação sindical.

Ações indiretas desenvolvidas no período

- **Assistência a menores adolescentes**

A Companhia mantém convênio com a Fundação Patrulha Jovem do Rio – APAR que tem por objetivo manter o Programa Jovem Patrulheiro, inserindo os menores de 14 a 17 anos e 11 meses em estágio laborativo, oferecendo-lhes oportunidade de aprendizado e desenvolvimento laboral, dando continuidade ao desenvolvimento de programa social na forma preconizada pela Lei Federal 8.069/90 que criou o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e pela Lei Federal 1.888/91 que regulamentaram o trabalho educativo para adolescentes. Em 2007 passaram pela Companhia como primeiro emprego 106 patrulheiros (112 em 2006), meninos e meninas, que receberam bolsa de um salário mínimo regional de R\$ 424,00 (R\$ 369,00 em 2006) mais auxílio alimentação de R\$ 151,00 (R\$ 151,00 em 2006) e gratificação natalina. A importância investida nesta ação pela Nova Ceda e foi de R\$ 809.714,00 (R\$ 769.548,00 em 2006).

- **Inclusão social da deficiência física**

A Companhia mantém parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência Física – IBDD, que desenvolve trabalhos para construir uma nova postura da sociedade para o caso da deficiência física em nosso país, proporcionando a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência, bem como a garantia de seus direitos individuais e sociais básicos. Durante este exercício, a Companhia utilizou a mão-de-obra de 68 profissionais portadores de alguma deficiência. Os profissionais estão distribuídos nas nossas 21 lojas comerciais de atendimento ao público visando sensibilizar a sociedade para a questão da deficiência física. Essa mão-de-obra é muito importante para a Companhia, pois segundo avaliações dos nossos gerentes das lojas comerciais, os profissionais são de excelente qualidade, apresentando ótima dedicação aos trabalhos além do bom aproveitamento e aptidão no desenvolvimento de suas tarefas. Os colaboradores receberam, em média, salário de R\$ 946,00 (R\$ 910,00 em 2006), auxílio alimentação, vale transporte e assistência médica. A Nova Ceda e investiu para este item a importância de R\$ 1.435.692,00 (R\$ 1.447.752,00 em 2006).

- **Recuperação da cidadania do ser humano**

A Nova Cedaes desenvolve parceria com a Fundação Santa Cabrini, para utilizar mão-de-obra carcerária no auxílio das tarefas de operação e manutenção de seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como, em menor escala, nos setores administrativos e também em trabalho externo para a confecção de uniformes realizada por detentas, objetivando o alcance de maiores possibilidades para reinserção desses apenados ao mercado de trabalho e o cumprimento de sua pena restritiva de liberdade. Neste exercício, o convênio passou a ter mais um objetivo que é a qualificação da mão-de-obra com a utilização de apenados em regime aberto e semi-aberto no “Projeto Replantando Vida” cujo foco é recuperar as matas ciliares das margens dos rios Guandu, que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro e Macacu, que abastece a região de São Gonçalo e Niterói. Os apenados em busca de sua qualificação profissional mostraram grande interesse em participar do CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE REFLORESTAMENTO aos sábados em horário integral por um período, de aproximadamente, seis meses em convênio firmado entre a Nova Cedaes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Fundação Santa Cabrini. Findamos o ano de 2007 com 254 (94 em 2006) apenados, incluindo os 100 inscritos para a primeira turma do curso de agentes de reflorestamento, que receberam remuneração mensal de um salário mínimo nacional de R\$ 380,00 (R\$ 350,00 em 2006) mais os auxílios alimentação e transporte. A Companhia investiu nesta ação o montante de R\$ 1.036.39000 (R\$ 666.742,00 em 2006). Anos após anos confirmamos que a utilização dessa mão-de-obra tem grande relevância social, visto que os apenados em exercício de atividades laborativas mantêm-se ocupados em busca da qualificação e da experiência profissional, passando a vislumbrar maiores possibilidades de estarem integrados a um novo grupo social e ser produtivo, ainda antes do cumprimento total de sua pena.

- **Estágios**

A Companhia mantém convênio com o Centro de Integração Empresa – Escola - CIEE que possibilita a realização de estágios para formação de nível técnico e superior. O convênio tem por objetivo o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de proporcionar, em conformidade com a legislação pertinente, a operacionalização de estágios para estudantes de interesse curricular, obrigatório ou não. Entendemos o estágio como uma estratégia de profissionalização que completa o processo de aprendizagem. Neste período passaram pela Companhia 182 (298 em 2006) estagiários dos níveis médio e superior com carga horária de 4 horas diária pré-estabelecidas no termo de compromisso de estágio. O valor da bolsa paga no período foi de R\$ 440,00 (R\$ 420,00 em 2006) para os casos de nível médio e R\$ 662,00 (R\$ 556,00 em 2002) para os estágios de nível superior e ainda, para ambos os níveis, o auxílio alimentação de R\$ 156,00. O investimento realizado pela Nova Cedaes neste período para este item foi da ordem de R\$ 997.068,00 (R\$ 1.236.969,00 em 2006).

ATIVIDADES SOCIAIS EXTERNAS

Ações indiretas desenvolvidas no período

- **Educação sanitária**

Nossos técnicos em 2007 realizaram 39 palestras para 6.549 estudantes das escolas municipais, estaduais e particulares em todo estado para alunos dos níveis fundamental, médio, graduação e pós-graduação, com o objetivo de fornecer esclarecimentos sobre tratamento, cuidados e escassez da água e maneiras de lidar com os esgotos sanitários. Ainda neste contexto, as estações de tratamentos de água e de esgotos receberam visitas de 3.393 (3.686 em 2006) estudantes dos níveis fundamental, 1.674 (1.041 em 2006) do nível médio, 1.374 (860 em 2006) do nível superior e 108 (302 em 2006) do curso de pós-graduação com a distribuição da revista educativa “Guerreiros da Água” e cadernos sobre educação ambiental, bem como as explicações sobre técnicas do tratamento e da qualidade da água e informações de técnica dos tratamentos de esgotos. Estas ações fazem parte da estratégia da Companhia de usar as instituições de ensino como meio para mostrar os problemas da água e dos esgotos.

- **Aproximação com a sociedade**

A Companhia realizou neste período 28 eventos e 7 palestras junto a várias comunidades, informando as dificuldades existentes para o tratamento adequado de água, em virtude da poluição e degradação dos mananciais e rios. Todas as palestras esclarecedoras foram ministradas por nossos técnicos. Nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro de Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Cambuci e Miracema as palestras de conscientização ambiental foram realizadas por nossa colaboradora e ambientalista Sr.^a Maria da Graça Bairral Neves, lotada na nossa loja comercial de Aperibé, através de escolas, ouvintes de rádios locais, igrejas e diversos participantes. Em 2007, tiveram acesso a estes trabalhos de preservação e orientação ambiental 45.415 (41.200 em 2006) pessoas. Ainda neste contexto, a Companhia realizou o 1º Seminário de Educação Ambiental junto as comunidades que compõem o Complexo da Maré no município do Rio de Janeiro com o objetivo de minimizar o desperdício de água e os danos causados nas redes de esgotos sanitários, bem como sensibilizar as 17 comunidades do complexo, onde existem aproximadamente 38.500 domicílios e 132.000 habitantes.

Outro caminho em busca da sociedade para soluções de seus problemas junto a Companhia é a nossa OUVIDORIA GERAL que em 2007 recebeu 49.704 (37.604 em 2006) casos oriundos do público geral e solucionou 80% deles. A nossa OUVIDORIA é ligada diretamente à presidência da Companhia e tem como função primordial representar os cidadãos, as instituições e os funcionários, procurando a melhor solução para os pleitos apresentados.

AÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Ações diretas desenvolvidas no período

- **Outorga de direito de uso dos recursos hídricos e licença ambiental**

Muitas de nossas captações encontram-se localizadas em áreas de preservação ambiental, como parques e reservas biológicas, que possuem regime especial de administração com rígidas normas ambientais. Visando adequação a legislação ambiental vigente, com vistas a melhoria de seu desempenho ambiental, a Companhia por meio de sua Assessoria de Gestão Ambiental – AGA e em consonância com sua Política Institucional de Meio Ambiente, deu continuidade neste período ao processo de adequação das unidades operacionais no que se refere ao principal instrumento da implantação da política, que é o licenciamento ambiental junto aos órgãos de controle ambiental. Em 2007, iniciamos os trabalhos para possibilitar o recadastramento de todas as nossas captações e lançamentos no Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos que constitui o primeiro passo no processo de regularização e obtenção de outorgas, abrangendo mais de 150 sistemas e subsistemas de produção de água e tratamento de esgotos. Neste período recadastramos cerca de 200 captações e lançamentos, obtivemos 57 novas outorgas de direito de uso dos recursos hídricos em 20 municípios e recebemos 23 licenças do órgão oficial de controle ambiental.

- **Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG**

Neste período os esgotos sanitários dos bairros da Praça da Bandeira, Tijuca, Maracanã e Rio Comprido foram ligados ao tronco coletor do Sistema Alegria evitando o despejo na Baía de Guanabara de 650 litros de esgotos por segundos, beneficiando uma população 240.000 habitantes. As obras de execução do tronco coletor no trecho do dique na Avenida Rodrigues Alves, na Praça Mauá, com vazão contribuinte com o Sistema Alegria, tem previsão para inauguração em junho de 2008, o que proporcionará o tratamento de mais 2.500 litros de esgoto in natura por segundo. Ao término desta etapa do sistema secundário, a Estação de Tratamento de Esgoto da Alegria – ETE Alegria - estará operando com 50% de seu potencial tratando adequadamente 2.700 litros por segundo de esgotos, com redução de 95% de Demanda Bioquímica de Oxigênio-DBO, beneficiando, aproximadamente, 1.500.000 habitantes e melhorando as condições ambientais da Baía de Guanabara.

- **Programa de Saneamento da Barra da Tijuca – PSBJ**

No âmbito deste programa foram realizados 6.237 metros de assentamento de redes de esgotos para complementação do esgotamento sanitário da Barra da Tijuca com o percentual físico, realizado neste período, de 23% e o percentual físico acumulado de 79% dos serviços. Assentamos de 4.021 metros de rede coletora com 133 ligações no esgotamento sanitário de Jacarepaguá atingindo o percentual físico acumulado de 60% dos serviços. O emissário submarino da Barra da Tijuca e a Estação de Tratamento de Esgotos da Barra da Tijuca – ETE Barra da Tijuca entraram em funcionamento em abril de 2007 com vazão preliminar de 900 litros por segundo. Este programa tem por objetivo promover considerável melhoria no meio ambiente local evitando o despejo de esgotos nas lagoas, canais e rios da região.

Quadro de Indicadores - CEDAE

1 - Base de Cálculo	2007			2006		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.542.078			2.301.586		
Resultado operacional (RO)	101.260			(130.737)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	398.678			375.536		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	40.904	10,26	1,61	37.543	10	1,6
Encargos sociais compulsórios	132.880	33,33	5,23	124.608	33	5,4
Previdência privada	52.936	13,28	2,08	52.108	14	2,3
Saúde	67.424	16,91	2,65	57.575	15	2,5
Segurança e medicina no trabalho	358	0,09	0,01	531	0,14	0,02
Educação	1.068	0,27	0,04	1.325	0,3	0,05
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	108	0,03	0	1.170	0,3	0,05
Creches ou auxílio-creche	1.931	0,48	0,08	1.459	0,4	0,06
Participação nos lucros ou resultados (*)	0	0	0	0	0	0
Outros- vale transporte	6.249	1,57	0,25	5.569	1,5	0,24
Total - Indicadores sociais internos	303.858	76,22	11,95	281.888	74,64	12,22
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	997	0,98	0,04	1.236	0	0,05
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	996.743	984,34	39,21	858.868	0	37,00
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	997.740	985,32	39,25	860.102	0	37,05
Tributos (excluídos encargos sociais)	226.512	223,69	8,91	180.512	0	6
Total - Indicadores sociais externos	1.224.252	1209,02	48,16	1.040.614	0	43,05
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	137.011	135,31	5,39	193.473	0	8
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	137.011	135,31	5,39	193.473	0	8
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	(X) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	7.657			7.685		
Nº de admissões durante o período	76			931		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	483			674		
Nº de estagiários(as)	182			298		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	5.124			4.513		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	740			728		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25%			27%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.394			2.441		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16%			6%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	147			145		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14			14		
Número total de acidentes de trabalho	64			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (*)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 46.274	no Procon 515	na Justiça 1.091	na empresa 41.364	no Procon 144	na Justiça 1.190
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 80 %	no Procon 45 %	na Justiça 14 %	na empresa 90 %	no Procon 50 %	na Justiça 30 %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: 1.517.130			Em 2006: 791.950		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	21% governo	44% colaboradores(as)		38% governo	68% colaboradores(as)	
	0% acionistas	25% terceiros	10 %retido	(48%) acionistas	42 % terceiros	0 % retido
7 - Outras informações						
1) A companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil - SRF.						
2) A Nova Cedae não utiliza mão-de-obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
3) A companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.						
4) (*) No acordo coletivo de trabalho do período 2007/2008 não contempla distribuição de lucros.						
Responsável pela elaboração do Balanço Social Sérgio Pereira Departamento de Contabilidade Tel.: (021) 23323660 E-mail: sergiopereira@cedae.rj.gov.br						